

[ARTIGO]

**REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA
NATUREZA NA GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DOS CRIADORES DE
CAMARÃO DE ICAPUÍ (ACCI), CEARÁ**

Francisco Edson Barreto de Medeiros¹

Tulio de Souza Muniz²

Maria Betânia Ribeiro Torres³

Enaira Liany Bezerra dos Santos⁴

RESUMO

Este trabalho analisa a experiência da Associação Comunitária dos Criadores de Camarão de Icapuí (ACCI), Ceará, que se baseia no modelo comunitário de gestão participativa. O objetivo foi investigar o modelo de gestão econômica, social e ambiental da ACCI. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a 19 associados, sendo 09 sócios fundadores, abordando a participação na ACCI, perfil socioeconômico, aspectos gerais e meio ambiente. A ACCI mostra a importância da autogestão para o desenvolvimento local que atenda às demandas das comunidades. Os associados apresentam senso comunitário apurado, valorizam os saberes tradicionais e aceitam conhecimentos técnicos e apoio externo quando disponíveis. Contudo, existem demandas, como: corpo profissional qualificado para condução da parte técnica e financeira e falta de estruturas e tecnologias produtivas. Com base no estudo, avaliamos que se torna crucial um “choque de gestão” na ACCI, a partir de um arcabouço organizacional e administrativo contundentes para o escritório voltar a funcionar efetivamente.

Palavras-chave: Racionalidade Ambiental. Gestão participativa. Ressignificação. Trabalho e renda. Carcinicultura.

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: edsonicapui@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7062-8884>

² Docente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: tulio.muniz@ufersa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2339-9715>

³ Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: betaniatorres@uern.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3556-3797>

⁴ Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: enairalia@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0125-3504>.

SOCIAL REAPPROPRIATION OF NATURE IN THE MANAGEMENT OF THE ICAPUÍ SHRIMP FARMERS COMMUNITY ASSOCIATION (ACCI), CEARÁ

ABSTRACT

This study analyzes the experience of the Community Association of Shrimp Farmers of Icapuí (ACCI), Ceará, which is based on the community model of participatory management. The objective was to investigate ACCI's economic, social, and environmental management model. Semi-structured interviews were conducted with 19 members, including nine founding members, addressing participation in ACCI, socioeconomic profile, general aspects, and the environment. ACCI demonstrates the importance of self-management for local development that meets the demands of communities. Members have a keen sense of community, value traditional knowledge, and accept technical knowledge and external support when available. However, there are demands, such as: a qualified professional team to handle technical and financial matters and a lack of productive structures and technologies. Based on the study, we believe that a “management shake-up” at ACCI is crucial, starting with a robust organizational and administrative framework so that the office can return to functioning effectively.

Key-words: Environmental rationality. Participatory management. Resignification. Work and income. Shrimp farming.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o debate sobre a sustentabilidade ganhou destaque no cenário local e global. Discussões e esforços têm sido direcionados visando a readequação das atividades humanas a um uso mais justo do ponto de vista socioambiental. Leff (2006) explica que essa lógica, chamada pelo autor de racionalidade ambiental, deve se construir a partir da reapropriação da natureza, que por sua vez é um processo que implica na ação humana sobre o ambiente de forma a promover práticas sustentáveis. Matos (2023) afirma que tais movimentos que pautam a reapropriação social da natureza e a reinvenção de territórios questionam a degradação ambiental sobre os marginalizados e os ecossistemas locais, os megaprojetos desenvolvimentistas e a participação política. Para Leff (2006), movimentos que pautam a reapropriação social têm as seguintes características:

- a) Maior participação nos assuntos política e econômicos e na gestão dos recursos ambientais; b) inserção nos processos de democratização do poder política e de descentralização econômica; c) defesa de seus territórios, seus recursos e seu ambiente, além das formas tradicionais de luta pela terra, emprego e salário; d) elaboração de novos modos de produção, estilos de vida e padrões de consumo afastados dos modelos capitalistas e urbanos globais, transnacionais e estrangeiros; e) procura de novas formas de organização política, diferentes dos

sistemas corporativos e institucionais de poder; f) organização em torno de valores qualitativos (qualidade de vida); g) crítica à racionalidade econômica fundada na lógica do mercado, na maximização do lucro e na eficiência tecnológicas [...] (Leff, 2006, p. 556).

Apesar da atenção geral ter se voltado à sustentabilidade recentemente, existem experiências consolidadas e bem sucedidas que demonstram ser possível a aplicação da racionalidade ambiental em sua essência para obtenção de benefícios positivos, tanto sobre o ambiente quanto na vida das pessoas. Este trabalho se debruça na experiência da Associação Comunitária dos Criadores de Camarão de Icapuí (ACCI), estado do Ceará, fundada em 2002 e que tem como base o modelo comunitário de gestão participativa. A ACCI é fruto de articulações realizadas pela Associação dos Moradores de Requenguela (AMORE).

A ACCI é uma organização fundada por antigos trabalhadores da intitulada Salina Nazaré e da pesca artesanal da Comunidade de Requenguela, que transformaram a área que operava a salina em área de viveiros de camarão. Isto possibilitou a geração de trabalho e renda, a partir de um empreendimento coletivo, e por conseguinte uma nova atividade surgiu no cenário brasileiro: a criação de camarão em cativeiro. A iniciativa teve apoio da Prefeitura Municipal de Icapuí, que auxiliou na elaboração do projeto técnico do novo empreendimento, disponibilizou cursos e capacitações às pessoas envolvidas e acompanhou de perto a criação da associação.

Trazer organizações bem-sucedidas como a ACCI ao foco de estudos permite entender de que forma essas experiências modificam a realidade das pessoas envolvidas e como esta vivência pode servir de base para outros grupos. Portanto, o objetivo geral do artigo foi investigar o modelo de gestão econômica, social e ambiental da ACCI, e quais são as suas influências na vida dos seus sócios e familiares, buscando entender as características do modelo de gestão e como essa se relaciona com a vida cotidiana das pessoas que compõem direta ou indiretamente a experiência.

METODOLOGIA

Área de estudo

O estudo foi desenvolvido em Icapuí, um dos 184 municípios do estado do Ceará. Icapuí está a 210 km da capital Fortaleza; a 54 km de Aracati; a 84 km de Mossoró; e, por fim, a 350 km de Natal. Possui população de 21.433 habitantes conforme último censo (IBGE, 2022), sendo que 53,63% concentram-se na zona rural, e 43,37% na área urbana (IBGE, 2021).

O campo de investigação deste projeto está localizado na área urbana de Icapuí, a 1,5 km de distância do centro da cidade, na antiga salina Barra Grande, na

comunidade da praia de Requenguela, encravado na Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra Grande, entre as salinas de Nazaré e Juraci.

Técnicas de coleta e análise de dados

A pesquisa se desenvolveu com base em metodologia qualitativa, que visa responder a questões muito particulares e ocupa nas Ciências Sociais um nível de realidade que extrapola a quantificação. Isso porque trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2009). Vale salientar que o foco e ponto central desse trabalho são os trabalhadores já mencionados: ex-salineiros e ex-pescadores da ACCI, sobretudo aqueles que têm suas origens nas classes menos favorecidas e possuem condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a 19 associados, sendo 09 sócios fundadores e 10 sócios não fundadores. O primeiro encontro foi realizado no dia 23 de março de 2023 e o último, no dia 30 de abril de 2023, perfazendo assim um total de 39 dias para a conclusão. A entrevista foi dividida em tópicos: participação na ACCI, perfil socioeconômico, aspectos gerais e meio ambiente.

A fim de garantir o anonimato das pessoas entrevistadas e das falas retratadas na pesquisa, foram atribuídos códigos a cada uma delas: ACCI A1, ACCI A2, ACCI A3 para sócios fundadores e ACCI B1, ACCI B2 para sócios não fundadores e assim consecutivamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma breve caracterização da ACCI

O modelo de cultivo praticado pela ACCI é o semi-intensivo, o que em termos técnicos significa uma quantidade determinada de poucos camarões por metro quadrado, evitando assim que se ultrapasse a capacidade de suporte do ambiente. Há diferentes etapas de produção em que se dedicam as pessoas envolvidas: a operacionalização de captação e drenagem de água, a oferta de ração, a preparação do solo, a utilização de insumos, entre outras.

Consideramos que, o comportamento pacato e simples da vida do salineiro e do pescador, se “transformou” em criador de camarão. Exemplo dessa transição se demonstra na Figura 1, à esquerda demonstrando o grupo com sua primeira produção (de baixa escala) em 2001, e à direita demonstrando o grupo recebendo uma Medalha Campeões da Produção no Campo, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do Ceará, em 2014.

Figura 1: Momentos da história da ACCI. a) primeira produção do grupo, em 2001; b) Recebimento de Medalha Campeões da Produção no Campo, do SEBRAE (CE), em 2014.



(A)

Fonte: Arquivo ACCI, 2023



(B)

A partir da constituição do grupo de trabalhadores, que passou a ser acolhido e representado por uma organização constituída, a ACCI, houve o desenvolvimento do projeto de transformação, da antiga salina em viveiros de cultivo de camarão, de modo que as mudanças sociais endógenas e exógenas foram sendo produzidas a custo de muito trabalho.

A partir da formação e articulação do grupo, surgiu uma nova identidade social, e paralelamente uma inusitada atuação comportamental tanto por parte dos atores (sócios da ACCI), quanto por parte dos expectadores (a comunidade em geral). Os primeiros “passaram a se apresentar”, com ares de mudança, elevando a autoestima moral e a situação econômica, que assegura a garantia de uma condição de vida melhor.

No início, a ACCI não contava com a mínima estrutura para o suporte operacional de sua gestão. No entanto, após muitos anos de trabalho, a ACCI, com o ajuntamento de suas economias, fez uma grande reforma e ampliação de um pequeno galpão antigo que era utilizado para o armazenamento de ração, e equipamentos. O modelo de gestão participativa, praticado pela ACCI, foi literalmente sendo construído na medida em que as demandas foram surgindo, a partir do início da construção dos viveiros de camarão.

A ACCI possui um modelo de gestão, desde o seu início em 1997, até 2019, totalizando 22 anos de atuação, em que a produção de camarões pertencia a todos. Atualmente, a ACCI é uma organização constituída por 20 famílias. Das pessoas que participam diretamente do grupo, 20% são mulheres e 80% são homens, com predomínio de pessoas com ensino médio completo (35%), seguidos de pessoas com graduação (20%) e com ensino fundamental I completo (20%).

A faixa etária média é de 40 anos, a renda dessas pessoas está na média de 3 salários-mínimos ao mês. O meio de transporte mais utilizado é carro e moto. O

método de escoamento dos produtos é por meio de atravessador. A associação se encontra em seu terceiro mandato, sendo que realiza reuniões mensais.

A primeira experiência de cultivo de camarão em cativeiro no município de Icapuí foi da Associação dos Moradores da Praia de Requenguela (AMORE), entidade que deu origem ao ACCI. Atualmente, a organização tem suas atividades desenvolvidas na Área de Proteção Ambiental do Manguezal de Barra Grande, criado pela Lei nº 298/2000 (Icapuí, 2000).

Apesar disso, apenas em 2012 a ACCI conseguiu regularizar e tirar a Licença de Operação (LO) do empreendimento pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE), se tornando o primeiro empreendimento de carcinicultura comunitária com licenciamento ambiental no Brasil. Atualmente, a produção da ACCI chega a 27,2 hectares de lâmina d'água para o cultivo de camarão, se caracterizando como modelo semi-intensivo de produção.

A Associação dos Moradores de Requenguela (AMORE), entidade que antecedeu a ACCI, decidiu, no ano de 1997, transformar uma área de 25 hectares de produção de sal em viveiros de cultivo de camarão marinho. No entanto, a comunidade não possuía área suficiente para o empreendimento. Fez-se necessário assumir o arrendamento da salina Barra Grande, pertencente a um grande empresário do sal do Rio Grande do Norte. Na cidade de Icapuí, atualmente, existem 07 empreendimentos de carcinicultura, sendo que 06 desses têm o mesmo dono, e um é do ACCI, que consiste no modelo de gestão participativa em evidência.

Desde o início, a experiência de carcinicultura estudada foi desenvolvida como um desejo da própria população de Requenguela deter um meio para conquistar sua própria renda em prol da melhoria da qualidade de vida, passando assim a assumir o desafio de alterar as atividades já exercidas (da pesca artesanal e da produção de sal), para aprender e adaptar-se a uma nova cultura, profissão e técnica de trabalho. A articulação entre técnicas e saberes tradicionais possibilitaram o êxito do grupo da ACCI, especialmente através da reapropriação social da natureza.

Reapropriação e desenvolvimento sustentável

A ACCI deu início ao complexo processo de reapropriação social da natureza ao aportar no contexto prático da sustentabilidade, opondo-se assim à temporalidade do capital, da qual emerge um território conflituoso. Uma vez que essa reapropriação se tornou bem-sucedida, garantindo a manutenção da qualidade ambiental e dos recursos utilizados diariamente pelas atividades do grupo, diversas pessoas de outras localidades se interessaram em conhecer como se originou e como funciona a associação.

O grupo desconstrói então a lógica de que só se pode lucrar sozinho ou quando apenas uma pessoa é detentora dos meios de produção de um determinado

empreendimento, mostrando que é possível gerar benefícios econômicos satisfatórios a partir da gestão participativa.

É interessante a percepção das pessoas que acompanhavam a história no início. Por se tratar de uma ação coletiva, não havia a convicção de que a experiência viesse a ser bem-sucedida, pois foi naturalizada uma perspectiva, advinda do senso comum, de que 'trabalho em grupo apenas traz prejuízos'. Inicialmente, constatamos que os associados não dispunham de quase nenhum conhecimento científico para compreender efetivamente sobre o processo de reapropriação social da natureza. Como também, não sabiam as técnicas para cultivar o camarão, o que se somou à enorme responsabilidade de administrar esta nova e desconhecida atividade.

Neste sentido, os beneficiários da ACCI assumiram, além de muitas questões, a responsabilidade e o compromisso de participar de diversas capacitações técnicas de cultivo de camarão, como também de gestão social, econômica e ambiental. Estes cursos serviram, como outros benefícios, para despertar a consciência para uma nova racionalidade ambiental, voltada para a preservação, conservação e proteção dos recursos naturais.

Por integrarem um modelo incomum da cadeia produtiva convencional, os sócios deste projeto não atendiam às normas e aos padrões dos órgãos financiadores, logo não tinham acesso ao crédito de forma individual para investimento produtivo. Para conseguir os recursos e financiamentos essenciais, a solução foi a junção dos esforços coletivos da Associação. De modo que foi necessária a adesão de um total de 26 (vinte e seis) associados para iniciar o projeto de cultivo de camarão.

Nos primeiros anos de preparação do projeto técnico e financeiro, com incontáveis idas e vindas à instituição financiadora, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no município de Aracati (CE), ficando a uma distância de 50 km de Icapuí. Nesse cenário desolador, A AMORE, que amparava os primeiros passos da ACCI, enfrentou uma verdadeira batalha burocrática para atender às normas impostas pelo sistema financeiro vigente.

Os aspectos positivos da experiência exitosa da ACCI não a deixam imune aos desafios inerentes à convivência humana, como em qualquer esfera da sociedade. Ruídos de comunicação entre os associados, por vezes, causam desentendimentos e até conflitos internos, comprometendo fases importantes da funcionalidade do empreendimento. Neste ponto, tornou-se necessário identificar as motivações de divergências e buscar soluções.

Para tanto, sugerimos a hipótese de sintomas do mal-estar, no cotidiano da ACCI, que devem ser observados, principalmente, pela diretoria, tais como: ansiedade, medos, culpas, insegurança, vergonha, entre outros. Bursztyn (2012, p. 33) enfatiza que o conceito de desenvolvimento sustentável ainda está à mercê de ambiguidades e incertezas. Mas, é um vetor importante para se entender e enfrentar os problemas atuais da humanidade.

A partir do momento que os participantes optaram pela reapropriação social da salina para implantar outra atividade econômica de forma participativa, iniciou-se um processo de transformação da posição social dos associados, que passaram da condição de meros espectadores e coadjuvantes num cenário social precário para a condição de atores sociais, ou seja, aqueles sujeitos que se envolvem e alteram rumos de conflitos e que estão na base e à frente de determinada transformação social (Touraine, 1994, p. 220).

Na época, possivelmente, para a maioria dos atores sociais envolvidos na ACCI, tal passava despercebido, sem ser avaliado como algo realmente positivo. Consideramos que o comportamento pacato e simples da vida do salineiro e do pescador, se “transformou” em criador de camarão.

Pode-se entender, portanto, a ACCI como um organismo vivo e pensante, com suas próprias qualidades, desafios a serem superados e que busca conciliar as diferenças das pessoas que a compõem na busca de uma ideia e de objetivos comuns, que satisfaça minimamente a expectativa que essas guardam sobre a atividade que exercem. Conflitos são inerentes a qualquer organização social e esses não invalidam a experiência da associação enquanto exemplo de reapropriação da natureza e desenvolvimento sustentável.

Essa conciliação entre o que é real e utópico de desenvolvimento sustentável tem sido discutida por diferentes autores: Bursztyn (2012) defende que a aplicação do conceito possui ambiguidades e incerteza inerentes, mas que este continua sendo um meio para entender e enfrentar os problemas da sociedade. Leff (2006) argumenta que a viabilidade do desenvolvimento sustentável depende também do incremento da capacidade de autogestão dos grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da ACCI demonstra a importância da articulação e autogestão comunitária para o desenvolvimento local enquanto um processo endógeno alinhado aos anseios das comunidades.

A presente pesquisa apresentou resultados da gestão da ACCI como um “ponto fora da curva”, em relação ao cenário paradigmático dos movimentos e ações sociais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região Nordeste do Brasil.

Os 26 anos de existência da ACCI apontam a amplitude da sua atuação e o objetivo de promover o equilíbrio econômico, social e ambiental em seu território, através da geração de emprego e renda, com e para seus associados.

Tal propósito configura-se como crucial, pois remete ao questionamento central do objeto desta pesquisa, que é o modelo de gestão. Nesse contexto, observamos que a ACCI não dispôs de profissionais qualificados, aparatos modernos, ou sofisticados

de programas contábeis informatizados em sua gestão, não sendo aspectos positivos para o controle operacional e financeiro.

A partir de um raciocínio lógico, a referida falta de estrutura apresentava-se como uma adversidade para a gestão da ACCI. Apesar de estar na contramão do padrão convencional de uma infraestrutura completa de equipamentos e pessoal, a ACCI conseguiu se sobressair com resultados exitosos. Pois, apenas com um caderno e uma caneta para, literalmente, fazer anotações, registros, cálculos, contas a pagar, atas das reuniões, apontamentos de parâmetros técnicos e em momentos de necessidade contava com a solidariedade de amigos que emprestavam computador; a ACCI construiu uma jornada exitosa passo-a-passo, através dos erros e acertos. Mesmo não dispondo de um padrão criterioso, pôde contar com valores éticos de seu grupo, seja o peculiar homem do campo, salineiro ou pescador.

Diante de um conjunto de valores e de experiências de vida dos associados da ACCI, como trabalhadores do “sal e das águas do mar”, um dos fatores consideráveis, que contribuíram de forma natural e involuntária para a efetividade do desenvolvimento da gestão participativa, tenha sido os valores e crenças, como a solidariedade comunitária, cooperação, gestão social, constituindo-se numa racionalidade socioeconômica e ambiental.

No processo de gestão identificado na presente pesquisa, constatamos, ainda, que os elementos centrais são os saberes tradicionais, os conhecimentos e experiências de vida. Esses elementos cumpriram um papel importante para o fomento da gestão participativa da ACCI.

Não obstante, observamos que a ACCI inicialmente recebeu apoio e colaboração, por meio de treinamentos, cursos de relações humanas, orientação técnica para o manejo dos camarões, gestão financeira, entre outros. Constatamos, também, que houve uma aliança entre saberes tradicionais; conhecimentos adquiridos na experiência de vida; e, por fim, a solidariedade comunitária, com inclusão de técnicas científicas. Sendo assim, compreendemos que a fusão e complemento destas ferramentas e desses valores deram sustentação para a permanência do grupo. Consideramos duas racionalidades opostas entre si, de um lado destaca-se a racionalidade da modernidade, corroendo suas próprias entranhas, como Saturno, devorando a sua progénie, socavando as bases de sustentabilidade da vida, e pervertendo a ordem simbólica que acompanha sua vontade eco destrutiva.

Portanto, a gestão participativa possui uma impressionante capacidade de adaptação às diversas mudanças, ocorridas no cotidiano dos atores deste grupo. Outros fatores são extremamente importantes, como a distribuição igualitária de renda e a adesão de todos no projeto. Nessa perspectiva, identificamos que a gestão da ACCI teve influência direta na melhoria/avanço e progresso da qualidade de vida dos associados e suas famílias. Tanto que, a partir da mudança no modelo de gestão, em 2019, a eficiência na produtividade dos camarões aumentou significativamente,

bem como a rentabilidade econômica dos associados evoluiu mais ainda, o que podemos conferir nos gráficos indicadores de renda na seção sete. Mas a supracitada mudança apresenta outros efeitos, independentemente dos avanços positivos, sobre a produtividade dos camarões, que suscitaram grandes dificuldades como: o processo de divisão do coletivo em pequenos grupos de produção, gerando automaticamente reações individualistas em grande parte dos associados.

Tal fato provocou problemáticas administrativas, sobretudo com relação a manutenção das obrigações institucionais e conservação de parcerias. Após quatro anos da implementação do novo modelo de gestão, observamos que uma das condições preocupantes é o funcionamento parcial do escritório administrativo, para sanar tais efeitos negativos, a provável solução está em recontratar um funcionário (a) qualificado para trabalhar no escritório, seguido da reaproximação efetiva da atual diretoria, devendo assumir as respectivas atribuições que lhe são conferidas. Para tanto, obviamente, faz-se necessário que haja um replanejamento financeiro que seja realizado pelos associados para garantir os aportes fundamentais a referida estrutura, de acordo como era praticado no modelo anterior. Com base numa ampla reflexão, avaliamos que se torna crucial um “choque de gestão” na ACCI, a partir de um arcabouço organizacional e administrativo contundentes para que o escritório volte a funcionar efetivamente. Mas, acreditamos que a parte mais trabalhosa já esteja sendo concretizada, que é a produção dos camarões: gerando rentabilidade econômica, constituindo a sustentabilidade ambiental, garantindo condições sociais, e, por fim, mantendo a normalidade institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURSZTYN, Marcel. BURSZTYN, Maria Augusta. Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ. **Lei nº 298, de 12 de maio de 2000**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA do Manguezal da Barra Grande e adota outras providências.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: CIDADES E ESTADOS.

IBGE, 2021. Disponível em: Icapuí (CE) | Cidades e Estados | IBGE Acesso em: 02 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: CIDADES E ESTADOS. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/icapui.html>. Acesso em: 02 dez. 2022.

- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação da natureza. Tradução: Luiz Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MATOS, Lucas Ramos de. Ecologia Política e movimentos sociais contemporâneos: Reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza. **Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/30956/22039>
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TORRES, Maria Betânia Ribeiro. **Novos Rumos na Canoa Veloz**: o turismo sustentável e suas interfaces sócio-ambientais – a experiência de Icapuí-CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2002.
- TOURAINÉ, Alain. **A crise da modernidade**. Petrópolis. Vozes, 1994.